

Em síntese, o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Sidney Beneti, disse sobre as Alterações da Parte Geral no Novo Código Civil:

Alterações da parte geral do novo Código Civil

“Eu tenho anotações de várias alterações, que chegam seguramente a uns 30 pontos, mas desses 30 pontos acho que deveria ressaltar uns poucos, os mais importantes para o conhecimento geral, pelo menos. Primeiro é no tocante à Capacidade Civil. Capacidade Civil passa no tocante a idade a ser adquirida aos 18 anos de idade, e isso é uma verdadeira revolução que vai se operar no Direito Brasileiro. Hoje em dia a maioridade ocorre aos 21 anos e a partir de janeiro de 2003 passará a ser aos 18 anos de idade. Em segundo lugar também se deve destacar a novidade da Salvaguarda de Personalidade, uma proteção especial ao nome, à imagem das pessoas, e à possibilidade das pessoas disporem do corpo e das partes do próprio corpo mediante disposição sempre gratuita, o que deverá ter importância enorme no tocante à disposição sobretudo para os transplantes e no tocante à imagem sobre o uso abusivo de fotos das pessoas e imagem pública das pessoas, inclusive sendo isso assunto de grande interesse, onde a imprensa passe a fazer uma boa triagem para saber quando podem utilizar e quando não devem utilizar e aumentar, portanto, a sua vigilância no sentido do cumprimento das normas legais. Em terceiro lugar, as disposições atinentes aos negócios jurídicos. Isso já é bastante técnico, é um instituto que vem a corrigir, há técnicas do sistema civil brasileiro, a teoria do negócio jurídico é uma teoria que vem da Alemanha, que já está adotada há algum tempo em alguns códigos, inclusive no Código Civil português de 1967 e agora vem a corrigir uma técnica do Código Civil brasileiro. Pode parecer muito técnico e realmente é, mas é de grande efeito. Passam a ser considerados os negócios jurídicos esses atos que têm por base a manifestação de vontade, tendo por objetivo atingir determinada finalidade. O maior exemplo são os contratos. E finalmente, uma questão bastante técnica, mas de grande importância, que é a Regulagem da Prescrição e da Decadência. Prescrição e Decadência são assuntos que meça a dificuldade de origem. Agora fica tudo claro porque Prescrição é regulada pela parte geral do Código Civil e Decadência passa a ser regulada por dispositivos esparsos colocados em cada um dos momentos em que surgem o tipo de direito sujeito à Decadência.

Quanto ao novo Código vir agilizar a justiça e facilitar o trabalho do juiz Beneti disse: “Não sei dizer se vai agilizar a justiça porque o Código Civil não é instrumento de agilizar a justiça, o que agiliza a justiça são outras regras que estão na organização judiciária, estão nas leis processuais em geral, estas sim



Beneti e três partes importantes do novo Código: capacidade civil, salvaguarda da personalidade e negócios jurídicos.

são as regras que podem agilizar, no sentido de fazer com que a justiça tenha os seus processos andando com maior celeridade, mas o que se pode ter certeza

é que este Código Civil dá mais recursos técnicos ao juiz para que ele possa fazer melhor justiça. Nesse sentido, de que vai agilizar a justiça eu quero dizer

que ele é um bom instrumento de se fazer justiça, embora não se possa simplesmente dele concluir que vai fazer mais célere o andamento dos processos”.

Eticidade no novo Código Civil



O juiz paulista José Renato Nalini.

Juiz do Tribunal de Alcada do Estado de São Paulo, José Renato Nalini, sintetizou o tema de sua palestra “A eticidade no Novo Código Civil”, informando que “o Novo Código Civil que vai entrar em vigor em janeiro de 2003, amplia de uma forma extremamente significativa o papel e a responsabilidade do juiz brasileiro, porque em lugar de ser um Código formal em que a letra da lei é o que permanece, o Código fez uma opção ética, ou seja, o Código vai tentar resolver os problemas à luz de uma compreensão menos jurídica, mas uma compreensão mais ética. A eticidade é essa característica do novo Código Civil que optou pelas cláusulas abertas, ou seja, cláusulas gerais que são standarts, que dependem de uma avaliação subjetiva de cada juiz, de cada aplicador da lei. O juiz terá uma grande responsabilidade para fazer com que todas as relações baseadas no novo Código atendam aos princípios da boa-fé, dos bons costumes. Haverá a preocupação com o princípio da proporcionalidade, da razoabilidade, há institutos novos que se propõem a corrigir as injustiças, que não podem hoje ser refeitas, ser superadas à luz do atual Código. O novo Código é um novo caminho, vai vigorar durante muito tempo porque as cláusulas abertas são menos suscetíveis a necessidade de modificação. O que vai valer é a aplicação do Código e por isso é um Código que vai exigir um novo juiz, um juiz mais aberto, um juiz mais humano, mais sensível, embora conhecedor das normas e principalmente da Constituição porque o princípio da dignidade humana, que é um princípio constitucional está presente em todos os 2046 artigos do novo Código.”